

CARACTERIZAÇÃO, REVISÃO DE LITERATURA E *BENCHMARK* INTERNACIONAL: COMPARTILHAMENTO DE INFRAESTRUTURA

Maurício Benedeti Rosa

Pesquisador na Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diset/Ipea). *E-mail*: <mauricio.rosa@ipea.gov.br>.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2812>

A importância do investimento em infraestrutura como uma das bases para um crescimento forte, equilibrado e inclusivo já está caracterizada pela literatura; em particular, o investimento em infraestrutura de telecomunicações tem impactos positivos de magnitude expressiva sobre o crescimento e o desenvolvimento econômicos. Nesse contexto, assume proeminência o compartilhamento de infraestrutura, o qual é normalmente entendido como um acordo entre dois ou mais participantes, não necessariamente do mesmo mercado, para compartilhar determinadas partes de sua infraestrutura para a prestação de serviços.

Com a constante evolução tecnológica e a crescente demanda por parte dos usuários – *e.g.*, conectividade e mobilidade no setor de telecomunicações –, coloca-se pressão sobre a infraestrutura existente. Além disso, tanto a crescente competitividade do setor quanto a rápida queda de preços provocam certa compressão nas margens de lucro dos operadores, o que faz surgir a necessidade de melhorias nos padrões de custo, as quais têm no compartilhamento de infraestrutura móvel de telecomunicações um suporte importante. O cenário torna-se mais desafiador com a chegada do 5G, por tratar-se de tecnologia disruptiva, a qual demandará grandes investimentos para atualização de redes e instalação de novas antenas.

O compartilhamento de infraestrutura não se restringe ao setor de telecomunicações – ou seja, além de surgir como uma alternativa importante para evitar que as infraestruturas passiva e ativa de telecomunicações se tornem um gargalo no desenvolvimento de novas tecnologias, há também intersecções, por exemplo, com o setor de saneamento, por meio da passagem de fibra óptica por tubulações de água (Parker, 2019), com o de rodovias e ferrovias, por intermédio do compartilhamento de faixas de servidão (Brasil, 2020c) etc. Nesse

sentido, o Decreto nº 10.480/2020, que regulamentou a Lei das Antenas (Lei nº 13.116/2015), surge com potencial para estimular a infraestrutura de telecomunicações e o compartilhamento intersetorial, ao definir como obras de interesse público a construção (implantação, ampliação ou adequação) de infraestrutura de rodovias, ferrovias, linhas de transmissão de energia elétrica, gasodutos – ou outros dutos de grande porte – e redes de esgotamento sanitário e drenagem urbana, as quais devem comportar, conforme regulamentação específica, a instalação de infraestrutura para redes de telecomunicações.

Apesar de seu potencial, são muitos os desafios associados ao compartilhamento intersetorial de infraestrutura, que variam de questões mais gerais, como a avaliação quanto a possíveis impactos concorrenciais, até a falta de coordenação entre diferentes esferas governamentais e entre setores, falta de regulamentações estáveis e transparentes, entre outras. No cenário nacional, além do compartilhamento de postes, o qual representa a face mais pronunciada de distintos interesses e incentivos ainda em busca de conformação, as regras para uso e ocupação do solo quando da necessidade de instalação de novas antenas e questões relacionadas à gratuidade dos direitos de passagem entre o setor de transportes e outros setores têm suscitado muitos debates.

Diante desse desafio, o atual trabalho objetiva caracterizar os modelos técnico e comercial aplicados ao compartilhamento de infraestrutura, além de levantar as adversidades e os desafios enfrentados intersetorialmente. Ainda, este texto propõe algumas alternativas capazes de minorar as dificuldades associadas ao compartilhamento intersetorial de infraestrutura.

SUMEX

No trabalho, são descritas as principais abordagens técnicas e os modelos de negócio utilizados no compartilhamento de infraestrutura – com foco no setor de telecomunicações. Ainda, apresenta-se uma revisão da literatura a respeito dos principais benefícios, problemas e desafios que cercam o compartilhamento de infraestrutura, além de incluir detalhes quanto às dificuldades do compartilhamento de infraestrutura intersetorial no Brasil, dividindo-os setorialmente (telecomunicações e energia – o qual é subdividido em antenas, torres, redes neutras e postes, gás, rodovias e ferrovias, bem como saneamento). Por fim, são elencadas experiências internacionais como *benchmark* no compartilhamento de infraestrutura de telecomunicações e discutidas recomendações para melhoria do cenário relacionado ao compartilhamento de infraestrutura no Brasil, incluindo-se: melhor coordenação nos âmbitos federal, estadual e municipal em questões regulamentares; necessidade de nova regulamentação para setores específicos; e compartilhamento de infraestrutura e exclusão digital.